

UM MUSEU DESAPARECIDO DO SÉCULO XIX UMA DISCUSSÃO ACERCA DO MUSEU AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO (1871-1886)

**A MISSING NINETEENTH CENTURY MUSEUM
ABOUT THE MUSEU AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO JARDIM BOTÂNICO
DO RIO DE JANEIRO (1871-1886)**

JANAÍNA LACERDA FURTADO | Doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Laboratório de Redes de Poder e Relações Culturais da UERJ. Professora do Departamento de História da UERJ.

RESUMO

Em 1873, Luís Pedreira do Couto Ferraz, o barão do Bom Retiro, propôs a criação de um museu industrial no terreno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Este artigo tem por objetivo demonstrar que este museu buscava conjugar-se como instituição pedagógica, comercial e industrial e também formular um discurso de convencimento junto às elites agrárias da necessidade de modernização.

Palavras-chaves: Ferraz, Luís Pedreira do Couto; museu industrial; museus – Brasil.

ABSTRACT

In 1873 Luís Pedreira do Couto Ferraz, Baron of Bom Retiro, proposed the creation of an industrial museum on the grounds of the Jardim Botânico do Rio de Janeiro. This article aims to demonstrate that this museum sought to be, at the same time, an educational, commercial and industrial institution and also formulate a discourse of persuasion for the agrarian elites about the need for modernization.

Keywords: Ferraz, Luís Pedreira do Couto; industrial museum; museums – Brasil.

RESUMEN

En 1873 Luís Pedreira do Couto Ferraz, Baron del Bom Retiro, propuso la creación de un museo industrial en los terrenos del Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Este artículo tiene como objetivo demostrar que este museo pretendió ser una institución educativa, comercial e industrial, así como formular un discurso convincente para las élites agrarias sobre la necesidad de modernización.

Palabras clave: Ferraz, Luís Pedreira do Couto; museo industrial; museus – Brasil.

INTRODUÇÃO

O Museu Agrícola e Industrial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 1873 pelo presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Luís Pedreira do Couto Ferraz, o barão do Bom Retiro, com a finalidade de expor produtos agrícolas das províncias do Brasil e aqueles que cultivados no exterior pudessem ser utilizados pelos produtores nacionais. O Museu deveria ainda expor os diferentes tipos de madeiras “úteis” do país, produtos da indústria manufatureira nacional, instrumentos e máquinas desenvolvidos e construídos pelas oficinas do Imperial Instituto e as provenientes do exterior que pudessem ser utilizadas nas lavouras brasileiras.

O Museu Industrial faria parte, juntamente com o Asilo Agrícola, criado em 1866, e a Fazenda Normal, inaugurada também por Luís Pedreira do Couto Ferraz em 1873, de um projeto para a divulgação da lavoura e da indústria nacionais e de melhoria da formação do agricultor brasileiro. Àquela altura, a lavoura passava por uma crise generalizada desde a segunda metade do século XIX.

O Museu Industrial, depois chamado Agrícola e Industrial, o Asilo Agrícola e a Fazenda Normal estavam ligados ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, fundado em 1860, cujo primeiro presidente foi Miguel Calmon du Pin e Almeida, o marquês de Abrantes.

O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura surgiu em resposta à inquietação da elite política e econômica do país diante das crises de mão de obra e de abastecimento, das insistentes pragas dos cafezais – como a *Elaschista coffeela*, que acabou dizimando parte da produção fluminense ao longo da década de 1860, e a “praga do Cantagalo” (Machado, 1993, p. 50) –, principal produto de exportação nacional, e da necessidade de modernização das técnicas de cultivo. O principal produto agrícola fluminense, a cana-de-açúcar, já demonstrava internamente sinais de esgotamento e no âmbito das exportações a produção já era superada pelas províncias de Pernambuco e da Bahia (Martins, 1995, p. 33), e internacionalmente fora substituída pelo café, que se expandiu pela região do Vale do Paraíba.

A expansão cafeeira se baseava em grandes extensões de terra, controladas por grandes proprietários e sustentadas pela mão de obra escrava. Esta estrutura não dava muito espaço para a diversificação dos cultivos nem para a formação de pequenas propriedades. As técnicas de cultivo eram arcaicas, baseadas nas queimadas e sem períodos de descanso do solo. Também não havia estudos de controle de pragas ou de melhoramento das sementes.

No fim de 1850, as consequências dessas práticas começaram a aparecer: esgotamento do solo, pragas cíclicas, crise de abastecimento e destruição da vegetação nativa. Aliado a isso tudo estava o problema da escassez de mão de obra, causada tanto pela diminuição da vida produtiva do escravo exaurido no trabalho pesado das grandes lavouras de café, quanto pela extinção do tráfico que aumentou consideravelmente o preço do escravo (Martins, 1995, p. 37).

O próprio Luís Pedreira do Couto Ferraz, em 1855, já demonstrara sua preocupação com a falta de instrução do agricultor brasileiro e com a crise de abastecimento interna. Couto Ferraz propunha a construção de estradas de ferro para diminuir as distâncias, e assim bara-

tear o custo de alguns produtos, e a atração de trabalhadores livres para as fazendas (Brasil. Relatório do Ministério do Império, 1856, p. 53).

Uma das hipóteses sobre a criação do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura é a de que a instituição teria sido um “braço” da Sociedade Auxiliadora da Industrial Nacional para tratar dos problemas referentes à lavoura (Werneck da Silva, 1979; Domingues, 2001). Outra hipótese é a que reduz o Imperial Instituto ao período em que este administrou o Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas (Melo Leitão, 1937). Esta hipótese, por sua vez, baseia-se nas críticas de João Barbosa Rodrigues publicadas em 1890 ao assumir a direção do Jardim Botânico. Barbosa Rodrigues foi um dos principais opositores da vinculação do Jardim Botânico ao Imperial Instituto, como veremos mais detidamente adiante.

Dois trabalhos recentes¹ dedicados exclusivamente ao Imperial Instituto, de autoria de Martins (1995) e de Bediaga (2011), propuseram um olhar diferente sobre a instituição. Martins (1995, p. 62) enxerga a instituição como meio de convencimento das elites, pelo governo imperial, da necessidade de modernização da lavoura e da introdução do trabalhador livre e devidamente instruído em substituição ao trabalho escravo. Bediaga, por sua vez, nos chama a atenção para o caráter científico da instituição, negligenciado pela historiografia clássica, baseando-se, sobretudo, nos diversos estudos de química do solo e de aclimação de sementes publicados em seu periódico, a *Revista Agrícola*, de 1871 a 1891. A hipótese central da autora é a de que o Imperial Instituto não se constituiu como um “órgão de classe” e sim como “um espaço semiprivado de atuação de proprietários rurais, homens das ciências e representantes do Estado imperial, empenhados em buscar alternativas às formas tradicionais de produção agrícola” (Bediaga, 2011, p. 18).

As duas autoras concordam que os objetivos da criação do Imperial Instituto eram: a modernização das técnicas agrícolas, a busca do melhoramento do solo, a aclimação de plantas, a pesquisa da química aplicada à agricultura e a divulgação desses melhoramentos. O que pode ser comprovado no próprio estatuto de criação do Imperial Instituto que apontava como principais objetivos a busca de alternativas para a mão de obra escrava, o aprimoramento de máquinas e instrumentos agrícolas, as pesquisas de solo e de aclimação de novas espécies e o estudo de plantas “úteis” que garantiriam retorno econômico.

Entretanto, havia obstáculos a serem transpostos. O primeiro deles era a resistência dos grandes proprietários, que compunham cerca de 20% do quadro de sócios do Imperial Instituto, sobretudo os nascidos entre 1780 e 1799, em aceitar essas mudanças, principalmente no que dizia respeito à necessidade de uma formação escolar para o trabalhador agrícola (Martins, 1995, p. 100).

Outro problema eram as críticas ao contrato firmado, em 1861, entre o Imperial Instituto e o Jardim Botânico. Para os críticos – dentre os quais figuravam o já citado João Barbosa Rodrigues e o médico e botânico Joaquim Monteiro Caminhoá –, este contrato desviava o

1 Existem outros trabalhos que se dedicam ao tema, no entanto, devido às limitações desta publicação, nos detivemos nos dois trabalhos que consideramos como principais.

Jardim Botânico de sua “verdadeira vocação científica”: a de aclimação de plantas destinadas à cultura de especiarias, de receber naturalistas estrangeiros e de desenvolver estudos sobre a flora brasileira, atividades desenvolvidas desde 1808 e que teriam sido interrompidas em 1861.

Mas o Imperial Instituto contava com um “patrocinador” de peso: o próprio imperador Pedro II, que teria em várias ocasiões doado dinheiro de seu “bolsinho” (Bediaga, 2011, p. 86).

Assim, apesar das críticas de seus opositores, o Imperial Instituto ficou encarregado de fundar no Jardim Botânico um “estabelecimento agrícola, que sirva de escola prática e de modelo às fazendas de cultura; e no qual serão ensaiados os processos de agricultura mais aperfeiçoados” (Brasil. Relatório do Ministério da Agricultura..., 1861, A-GH, p. 1).

Isto posto, o presente artigo pretende – a partir da hipótese norteadora de que o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura tinha como principais objetivos a modernização da lavoura através, sobretudo, do melhoramento do maquinário e do aperfeiçoamento intelectual e prático do agricultor – demonstrar que o Imperial Instituto estava inserido em um projeto político pedagógico que tinha por base o aperfeiçoamento da indústria e a instrução da população como caminhos para a modernização do país.

Nesse sentido, proponho investigar o Museu Agrícola e Industrial como uma instituição pedagógica, pensando a instituição proposta por Luís Pedreira do Couto Ferraz como um museu do século XIX: uma instituição para instruir o público leigo, aperfeiçoar os iniciados e também para atuar como instrumento de divulgação e convencimento das ideias de modernização junto às elites agrícolas brasileiras. Comprovaremos que o Museu Agrícola e Industrial de Couto Ferraz buscou conciliar uma dimensão educativa e uma dimensão comercial e industrial por meio da promoção dos produtos expostos aliada ao componente lúdico.

A ADMINISTRAÇÃO DE LUÍS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ:

O IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Luís Pedreira do Couto Ferraz nasceu em 1818, na região das minas de Goiás, em uma tradicional família de grandes fazendeiros. Seu pai, de quem herdou o nome, estudou direito em Coimbra, como convinha a todo filho da boa sociedade, e ao graduar-se em 1808, após lutar contra os franceses sob o comando de José Bonifácio de Andrada e Silva, retornou ao Brasil para casar com d. Guilhermina Amália, com quem teve cinco filhos.

Os irmãos Luís e João foram enviados a corte aos cuidados do latinista Florêncio e o olhar atento do marques de Sapucaí, Cândido José Araújo Viana. A proximidade de seu pai com a família real acabou por levar os dois irmãos a se tornarem amigos de brincadeiras de um jovem Pedro II. Do grupo também faziam parte Guilherme Schüch Capanema, filho do bibliotecário de dona Leopoldina, além de Francisco Otaviano, filho de Francisco Otaviano de Almeida Rosa, e José Assis Mascarenhas, filho do mordomo-mor imperial (Carvalho, 2007, p. 19).

Deste grupo permaneceram os irmãos João e Luís Pedreira do Couto Ferraz e Guilherme Schüch Capanema como os amigos mais chegados do imperador na idade adulta. Luís, que

viria a se tornar barão (1867) e visconde (1872) do Bom Retiro, se tornaria o amigo mais próximo do imperador.

Sua fama de recluso e tímido em excesso rendia várias histórias, como a contada por Joaquim Nabuco em seu livro sobre seu pai. O senador Nabuco de Araújo, por vezes, para obrigar Bom Retiro a discursar nas seções do Senado chamava-o para a tribuna, sem avisar, dizendo: “O senhor ministro do Império explicará” (Nabuco, 1899, p. 165-166). No entanto, sua discrição – nunca se casou ou envolveu-se em maiores polêmicas, era avesso a discussões e buscava sempre o tom conciliatório em seus discursos – talvez tenha sido a qualidade que o fez tão próximo do imperador. A confiança de Pedro II em seu amigo, que afetuosamente chamava de Pedreira, era tanta que em momentos de crise política o imperador não hesitava em colocá-lo em posições estratégicas.

Tanto assim que com apenas 35 anos foi nomeado ministro do Império no gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão, o “combativo” marques do Paraná. Bom Retiro, aliás, teria chamado a atenção do marquês do Paraná ao conseguir conciliar a divergência entre o presidente da província do Espírito Santo, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o barão de Sepetiba, e seu vice-presidente, em 1846.

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo entre os anos de 1833 e 1838, Luís Pedreira do Couto Ferraz foi professor nas disciplinas de direito natural, economia e política, na mesma faculdade, até 1868. Foi deputado provincial, deputado geral, presidente das províncias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, além de senador, ministro do Império e conselheiro do Império. Foi também presidente de duas importantes instituições imperiais: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, como dito anteriormente, e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Durante seu mandato como ministro do Império apresentou, em 1854, o Regulamento para a Instrução Primária e Secundária da Corte, que modificou não somente o ensino primário e secundário, mas também os cursos de direito, medicina, belas-artes e a aula do comércio (Pontes, 2008). Nessa ocasião, Luís Pedreira defendeu a criação de cursos de ensino agrícola para suprir a necessidade urgente de desenvolvimento da indústria agrícola (Brasil. Relatório do Ministério do Império, 1858, p. 68).

O ministro ressaltou ainda a importância da divulgação dos conhecimentos aplicáveis à indústria agrícola através da vulgarização do conhecimento, das técnicas e do uso das máquinas, como caminho para tirar a indústria agrícola de seu “estado de deplorável atraso”.

Fica fácil entender porque ao assumir o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, em 1865, Luís Pedreira do Couto Ferraz tenha reorganizado a Fazenda Normal, inaugurado o Asilo Agrícola e criado o Museu Agrícola e Industrial. Estas instituições serviriam para a formação do agricultor, além de desenvolverem pesquisas técnicas e científicas.

Em 1867, foi organizado um laboratório químico, que desenvolveria ensaios e experiências visando melhorar a cultura de vários gêneros da produção agrícola, e uma oficina para construção e aperfeiçoamento de instrumentos e máquinas destinadas ao cultivo e ao tratamento do solo. Outro melhoramento importante foi a criação de viveiros de animais domésticos e de plantas úteis.

Para a divulgação desses trabalhos de pesquisa, dos estudos sobre a lavoura e das discussões de teorias científicas foi criado o periódico *O agricultor nacional*, publicado entre os anos de 1869 e 1891. Na publicação, a questão da mão de obra aparece em 21% dos artigos, distribuída nos itens “Colonização/Imigração”, “Ensino agrícola” e “Agricultura nacional”, e cerca de 42% dos artigos se referiam ao item “Técnicas agrícolas”, que agrupava os temas de mecânica agrícola, adubação e técnicas de recuperação dos solos, análises químicas referentes a sementes, solos e qualidade da água, além de sistemas de rotação de cultura, o que demonstra que não era a questão da mão de obra ou a falta de crédito agrícola que afligia tanto e sim as técnicas de cultivo equivocadas, o esgotamento do solo e o desmatamento da vegetação (Martins, 1995, p. 76).

De fato, durante a gestão Bom Retiro observou-se a preocupação para que o Jardim Botânico se dedicasse à criação de viveiros, a experiências com a aclimação de plantas, ao melhoramento das espécies de planta e de animais, enquanto que a Fazenda Normal se destinava ao ensino, objetivando a formação de uma futura mão de obra qualificada para a agricultura, além das oficinas para a confecção de máquinas e instrumentos para a lavoura.

Anexo à Fazenda Normal estaria o Asilo Agrícola, cuja proposta remontava ainda à Reforma de 1854, que receberia meninos órfãos e filhos de colonos também órfãos como alunos em tempo integral. Na Fazenda aprenderiam sobre os trabalhos rurais, e ainda aulas de leitura, gramática, aritmética, desenho linear, geometria e instrução moral e religiosa. Além disso, seria ministrada aula de natação e ginástica e aos mais velhos conhecimentos de química e mecânica.

Havia ainda a Fábrica de Chapéus do Chile, ligada ao Asilo Agrícola, que produzia chapéus a partir das fibras de uma palmeira. Entre os planos futuros para o Jardim e o Imperial Instituto, havia os projetos de um Jardim Zoológico, de uma escola veterinária, uma escola superior de agronomia e o museu industrial. De todos estes projetos, somente o museu sairia efetivamente do papel, embora sua trajetória tenha sido bastante conturbada como mostrarei a seguir.

OS ANTECEDENTES DO MUSEU INDUSTRIAL DO JARDIM BOTÂNICO

Ao que parece o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura viveu bons tempos sob a administração de Luís Pedreira do Couto Ferraz até pelo menos o início da década de 1880. O viveiro de plantas, por exemplo, parece ter cumprido seu objetivo. Em 1883, Nicolau Moreira afirmou em relatório que os viveiros de plantas haviam fornecido a instituições, sócios e particulares 3.918 mudas, 75 barricas e 174 feixes de cana-de-açúcar, além de oitenta quilos de sementes variadas. As oficinas também produziram uma significativa quantidade de instrumentos, máquinas (debulhadoras, descaroçadores, moinhos e engenhos), 79 tipos de arados e pequenos instrumentos (enxadas, ancinhos e machados).

As críticas mais ferrenhas à instituição diziam respeito ao direcionamento científico dado ao Jardim Botânico pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. A discussão envolvia os seguintes aspectos: além da mudança da já mencionada “vocação científica do Jardim Botânico”, era apontada ainda a ausência de um herbário, de um museu botânico e a

contratação de Karl Glasl, professor de agronomia estrangeiro, sem formação em botânica, para comandar os trabalhos da instituição. Contratado pelo tempo determinado de cinco anos para dirigir o Jardim Botânico e dar início aos trabalhos de instalação de uma fazenda-modelo e da escola agrícola, foi autorizado a trazer plantas, sementes, instrumentos e um químico, Alex Kraus, da Europa (Domingues, 2001, p. 44).

Um dos principais opositores à permanência de Karl Glasl à frente dos trabalhos do Jardim Botânico foi o já citado Joaquim Monteiro Caminhoá, que em 1874 publicou o livro *Relatórios acerca dos Jardins Botânicos*, em que simplesmente não citava o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, justificando a ausência com a afirmação de que o mesmo “não cumpria os objetivos de uma instituição botânica” e muito lamentava “a falta do jardim botânico entre nós” (Caminhoá, 1874, p. 21).

Dois anos antes, Joaquim Monteiro Caminhoá, Auguste Glaziou, Guilherme Schüch Capanema, Joaquim Antônio de Azevedo e João Barbosa Rodrigues propuseram a fundação de outro jardim botânico. A intenção do grupo era conseguir uma área no terreno do Jardim Botânico da Lagoa (Bediaga, 2011, p. 104) e, para isso, chegou a propor que o Imperial Instituto cedesse o terreno do Jardim para que a Associação de Aclimação criasse um jardim que restituiria ao Jardim Botânico sua condição de “verdadeiro jardim experimental”.

No entanto, o governo não cedeu às pressões do grupo e este por sua vez acabou se enfraquecendo até perder totalmente o apoio governamental. As críticas proferidas por Joaquim Caminhoá em seu livro certamente contribuíram para essa perda de apoio, sobretudo aquelas dirigidas ao próprio Luís Pedreira do Couto Ferraz, ele próprio membro da Associação de Aclimação, enquanto presidente do Imperial Instituto.

Não obstante as críticas, Couto Ferraz seguia seu projeto político-pedagógico e, em 1871, apresentou a proposta de criação de um museu industrial no terreno do Jardim Botânico.

A proposta, lida pelo presidente interino do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, José Ildfonso de Sousa Ramos, o barão de Três Barras, era baseada no Museu de Economia Botânica, também chamado Museu Industrial ou Museu n. 1, pertencente ao Royal Botanical Kew Gardens, em Londres.

Ao visitar esta instituição Luís Pedreira do Couto Ferraz conheceu o botânico Joseph Hooker, administrador do Royal Botanical Kew Gardens.² A partir desta visita estabeleceu-se um intercâmbio entre o Royal Botanical Kew Gardens e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, de objetos e periódicos editados, como o *Kew Gardens: Popular Guide to the Royal Botanical Gardens of Kew*.

O Museu Industrial do Royal Botanical Kew Gardens foi criado em 1857 com acervo das exposições internacionais da indústria de 1851, de Londres, e de 1855, de Paris. Era um museu essencialmente voltado para a economia botânica, direcionado à pesquisa e à aclimação de plantas de interesse econômico e visando sua comercialização. Havia ainda a exposição das plantas para o público e muito embora esse Museu Industrial não fosse ligado a uma

2 Joseph Hooker era filho e sucessor de Willian Hooker, o responsável pela reestruturação do jardim inglês.

instituição de ensino, oferecia periodicamente palestras e demonstrações públicas, além de estúdios para pesquisadores e estudiosos nativos e estrangeiros.

A visita ao Museu Industrial do Royal Botanical Kew Gardens parece ter causado grande impacto em Luís Pedreira do Couto Ferraz, que o menciona com entusiasmo em correspondência ao amigo Manoel Araújo Porto Alegre. Em carta de dezembro de 1871, Couto Ferraz demonstrou todo seu encantamento pelo progresso do velho continente e comenta as diversas visitas que fez a importantes estabelecimentos científicos europeus e o quanto teria ficado particularmente interessado em fundar um museu “nos moldes do Museu Industrial do Kew”.

A mencionada carta, lida por José Idelfonso de Sousa Ramos na seção de 28 de junho de 1872 do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, continha as instruções para a criação do Museu Industrial e comunicava que o projeto já havia sido aprovado pelo ministro da Agricultura, e que este já mandara fazer a planta do edifício que abrigaria o museu bem como autorizara a verba inicial de pouco mais de dez contos de réis para o início das obras.³

No entanto, somente em 1873 Luís Pedreira do Couto Ferraz apresentou o regulamento de criação do museu que ele chama de Museu Industrial. Em relatório enviado ao Ministério da Agricultura, neste mesmo ano, Couto Ferraz afirmava já estarem as obras do edifício do futuro museu “bastante adiantadas” e os objetos da futura coleção estavam sendo armazenados, o que pode ser comprovado no relatório do Jardim Botânico, deste mesmo ano, apresentado por Karl Glasl que afirma já ter recebido objetos que figurariam no acervo⁴ do museu.

Karl Glasl se referia aos objetos trocados com William Hooker e às doações feitas à instituição por alguns presidentes de província. Os senadores Thomaz Pompeu, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu e José Antônio Saraiva, membros do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, prometeram o envio de amostras de madeiras de lei de suas respectivas províncias e o presidente da província do Paraná, Francisco Manoel Álvares de Araújo, se comprometeu a doar artefatos da indústria.

O diretor do Museu Nacional, Ladislao Netto, enviaria uma coleção de madeiras e objetos “próprios dos estabelecimentos desta espécie” (Atas, 61ª Seção, 1872, p. 178) e prometeu ainda o envio de produtos vegetais úteis à indústria, artes e medicina pertencentes à Seção de Botânica e Agricultura do Museu Nacional, pois segundo o diretor eram de pouco interesse para o público de um museu de história natural devendo estar em um museu industrial.

3 Não achamos qualquer documento ou correspondência que comprove esta afirmação de Luís Pedreira do Couto Ferraz. Talvez pelo fato do ministro ter sido substituído pouco tempo depois, tanto assim que o projeto foi “engavetado” e reaparece na documentação somente em 1873.

4 O conceito de acervo está ligado às ideias de herança e patrimônio e surgiu a partir dos eventos de 1789, quando os museus passaram a ser instituições públicas controladas, organizadas e geridas pelo Estado. O objeto se transforma em patrimônio após ser reclassificado, glosado, reconstituído, contado e trabalhado. O patrimônio em acervo define-se pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético e documental, ilustrativo ou sentimental que lhe atribui um saber comum e um status específico. Esse trabalho de constituir um patrimônio é fruto de uma reflexão erudita e também de uma vontade política (Poulot, 2003).

Havia também a coleção de madeiras, de frutos lenhosos, amostras de algodão, de fibras e objetos fabricados com palha de milho, de casulos e fios de seda indígena e exótica, além de diferentes coleções de produtos vegetais como madeiras, cascas fibrosas e suberosas, e trinta máquinas pertencentes à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Esses foram os objetos da coleção inicial do Museu Industrial do Jardim Botânico que conseguimos localizar. Não foi possível encontrar uma listagem ou inventário da coleção, muito embora, ainda em 1873, Bom Retiro prometa ao ministro uma listagem completa dos objetos e seus respectivos doadores.⁵

O MUSEU INDUSTRIAL DO JARDIM BOTÂNICO (1871-1877)

O museu seria composto de quatro salas e gabinetes de estudo. A primeira sala se destinaria à exposição da coleção de madeiras do Brasil, com espécies de todas as províncias, a fim de serem estudadas e apreciadas, segundo o próprio Bom Retiro. No que dizia respeito à museografia,⁶ as coleções expostas deveriam conter etiquetas explicativas com a descrição sobre a natureza e as propriedades de cada uma das madeiras, seus usos e aplicações na indústria. Ao alcance do visitante haveria um exame comparativo entre as madeiras nacionais e estrangeiras. Ligada a esta sala estaria um terreno ao ar livre, onde seriam plantadas as árvores cujas madeiras estivessem expostas para conhecimento e estudo dos visitantes.

Na segunda sala haveria a exposição permanente de produtos cultivados nas lavouras do Brasil. Novamente, os objetos expostos trariam uma etiqueta com a descrição das plantas, descrição da cultura, seus progressos, modos de aproveitamento e a tecnologia empregada para seu aperfeiçoamento. Anexo a esta sala, estaria um laboratório para demonstração de experiências químicas com o solo, adubo e fertilizantes. O projeto previa ainda uma exposição sobre os meios de preservação das lavouras, bem como as consequências da ação do clima e dos insetos.

Na terceira sala haveria uma exposição industrial contendo os artefatos provenientes da produção nacional, além da exposição de uma coleção de fibras e plantas têxteis. Já a quarta sala seria o depósito de todos os produtos pertencentes aos diversos ramos da natureza e que não se encaixassem nas salas anteriores. Os gabinetes seriam destinados, principalmente, para os que ali quisessem examinar e estudar mais detidamente os produtos existentes no Museu Industrial.

O Museu Industrial do Jardim Botânico se assemelhava com o Museu Industrial do Royal Botanical Kew Gardens, no sentido de que também se preocupava com o cultivo e o estu-

5 A causa da falta da documentação pode ser explicada em parte devido à grande perda da documentação referente ao Jardim Botânico no final do século XIX e início do XX, em razão de enchentes e de um incêndio que acabou por destruir parte significativa de seu acervo e mobiliário (Nepomucceno, 2007). Outra causa é que grande parte da documentação de Bom Retiro teria sido destruída pela família após a sua morte em 1886, dificultando também encontrarmos mais informações sobre o museu.

6 Por museografia entendemos a conjugação entre uma organização visual e uma concepção intelectual e ideológica na exposição dos objetos. Apud Barbuy, 1999, p. 42.

do das “plantas úteis” que pudessem ter valor econômico e aplicabilidade na indústria. No entanto, o projeto de Luís Pedreira do Couto Ferraz guardava bastante semelhança com o projeto dos museus gerais e comerciais propostos pelo senador Frederick Le Play, em 1867.

Os museus gerais e comerciais foram propostos por Frederick Le Play em substituição às exposições universais da indústria que a cada ano ficavam mais dispendiosas e grandiosas. Também nesses museus haveria um jardim de espécies vivas, um laboratório para experiências e demonstrações científicas e a preocupação em ensinar ao visitante sobre as classificações, denominações e usos da madeira. As coleções também serviriam para a comparação didática entre as nações, que através de suas coleções exibiriam em caráter permanente o desenvolvimento de sua indústria.

Outro aspecto que aproximava o Museu Industrial do Jardim Botânico dos museus comerciais e gerais era a concepção museográfica dos objetos, a partir de princípios classificatórios que ordenavam os objetos de maneira a comunicar ao visitante uma visão de progresso.

Em 1874, Karl Glasl informa o recebimento de uma nova remessa de objetos doada pelo próprio Luís Pedreira do Couto Ferraz e também que o prédio já estava praticamente concluído. No entanto, havia a necessidade de mais dinheiro para a conclusão das obras, uma vez que o orçamento inicial havia sido estourado. O custo das obras do museu, aliás, foi mais um fator de discordância entre os membros do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura em relação a este projeto.

O aumento orçamentário pedido por Karl Glasl foi atendido em 1876, mesmo ano em que foi planejada uma expansão do prédio e sua inauguração para o ano seguinte (Brasil, Relatório do diretor do Jardim Botânico, 1875).

Em 1877, no entanto, as obras ainda estavam em andamento e o ministro da Agricultura afirmou em relatório que o museu estava prestes a ser concluído e já contava com seis salas, gabinetes para estudos e biblioteca. Faltava apenas finalizar a construção do jardim anexo ao edifício do museu destinado ao cultivo das plantas, e mais uma vez a inauguração não aconteceu no tempo previsto.

Em 1877, ainda, Luís Pedreira do Couto Ferraz havia retornado de sua segunda viagem ao exterior em companhia de Sua Majestade. Além de participar da Exposição Universal da Filadélfia (1876), na qualidade de vice-presidente da comissão brasileira, visitou diversos museus e institutos agrícolas. Em visita ao Jardim Botânico de Washington, deslumbrou-se com os espécimes de plantas exóticas e a fabulosa biblioteca, mas foi a cidade industrial de Chicago que maravilhou seu espírito moderno.

O MUSEU AGRÍCOLA E INDUSTRIAL, 1877-1886

Esta viagem de Luís Pedreira do Couto Ferraz aos Estados Unidos teve uma forte influência nas mudanças ocorridas no Museu Industrial, no ano de 1877. Apesar de afirmar que as visitas aos museus americanos haviam fortalecido suas convicções em relação ao projeto original do museu, este sofreu diversas modificações neste mesmo ano. A primeira foi rebatizar a institui-

ção para Museu Agrícola e Industrial, muito provavelmente por ter entrado em contato com os museus agrícolas americanos, formados por associações de produtores com objetivo de divulgar os conhecimentos sobre a lavoura, como o Museu da Agricultura de Washington.

A visita ao museu de Washington influenciou Couto Ferraz a buscar um enfoque maior para a exposição de agricultura e a divulgação dos métodos de cultivo e melhoramento do solo, já que este museu, que tinha por objetivo promover e melhorar a agricultura e encorajar “as manufaturas domésticas através de modos próprios e adequados de cultura”, teria conseguido em seu primeiro ano de funcionamento duplicar a produção agrícola e estabelecer novas manufaturas (Wiley, 1811, p. 2).

Outro fator que provavelmente deve ter influenciado a mudança foi a preocupação em destacar a real finalidade da instituição: além da divulgação dos produtos da indústria, ficava claro que o museu também era voltado para a divulgação da modernização da lavoura e das técnicas de cultivo. Acreditamos que essa mudança possa estar associada a uma tentativa de reforçar a importância do Museu e do Imperial Instituto no âmbito econômico e político, em uma tentativa de resposta às críticas de seus opositores.

Outra mudança significativa observada neste projeto de 1877 foi que duas salas, e não apenas uma, estariam voltadas para exposição permanente dos produtos mais importantes da grande e pequena lavoura nacional, e trariam, além de “circunstanciada informação acerca de sua cultura e aproveitamento e dos meios de melhorá-los”, desenhos ou modelos com memórias descritivas sobre as maneiras de melhorar e aperfeiçoar a agricultura. A estas salas seria construído em anexo um jardim com os espécimes vivos correspondentes aos expostos nas salas.

A segunda sala, diferentemente da proposta anterior de exposição industrial, seria dedicada à exposição de produtos vegetais e da coleção de plantas têxteis. Na terceira sala, haveria então a exposição de máquinas e instrumentos da lavoura.

Comprovamos aqui a maior ênfase da agricultura e dos produtos agrícolas como “indústria”, diferindo da proposta de 1873 em que a exposição industrial propriamente dita era de “gêneros de produção nacional”. As máquinas e instrumentos da lavoura, que antes figurariam em uma sala de destaque, ficariam agora em um “depósito especial”, ou seja, fora da visitação pública.

Na quarta sala ficariam todos os outros produtos não contemplados em outras categorias, mas que fossem de interesse do público e pertencessem aos diversos reinos da natureza. Haveria, ainda, a sala para o gabinete de estudo e uma sala para a biblioteca, desaparecendo a ideia do laboratório químico prevista no projeto original, bem como diminuindo o número de gabinetes de estudo para apenas uma sala.

É muito provável que, com o recrudescimento da crise da lavoura e o fracasso nas tentativas de desenvolvimento industrial, Luís Pedreira do Couto Ferraz tenha voltado o museu para atuar mais intensamente como um espaço de divulgação de novas teorias e técnicas junto aos produtores, buscando, desse modo, resultados semelhantes aos atingidos pela instituição americana na superação dos principais problemas que atingiam a agricultura brasileira.

Porém, ainda em 1878, o museu permanece não inaugurado. As obras continuam com muito vagar e, segundo o ministro da Agricultura, com muita economia, sobretudo depois da suspensão do auxílio pecuniário do Imperial Instituto por parte do ministério.

Somente no relatório de 1883 do ministério da Agricultura, o Museu Agrícola e Industrial voltou a ser citado em um pequeno parágrafo – enquanto que sobre o Imperial Instituto não há uma menção sequer. No entanto, as notícias pareciam mais animadoras já que o ministro prometia a inauguração dentro de alguns meses.

No ano seguinte, contudo, Nicolau Moreira, novo diretor do Jardim Botânico, ao assumir a tarefa de levar adiante o Museu Agrícola e Industrial, informou que o edifício estava na realidade muito deteriorado pelo abandono dos anos anteriores, com um problema de vazamento no teto e que devido à falta de verba não teria sido possível consertá-lo. O vazamento a esta altura já comprometera parte importante do acervo. Após essa menção de Nicolau Moreira, o Museu Agrícola e Industrial desapareceu dos relatórios. A saúde debilitada de Luís Pedreira, as críticas cada vez mais duras a sua administração e seu isolamento na direção do Imperial Instituto acabaram por condenar o Imperial Instituto e o Museu Agrícola e Industrial ao abandono.

Em 1886, ano da morte de Luís Pedreira do Couto Ferraz, o prédio destinado ao Museu Agrícola e Industrial foi condenado e chegou-se a cogitar sua demolição. Neste mesmo ano, o novo presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Pedro Dias Gordilho Paes Leme, determinou que se aproveitasse o que havia restado do prédio, reestruturando-o para outras funções. O desaparecimento de Luís Pedreira do Couto Ferraz parece ter condenado seu Museu Agrícola e Industrial a ter o mesmo fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes nos indicam que o Museu Agrícola e Industrial não chegou sequer a ser aberto ao público. A Fazenda Normal e o Asilo Agrícola também sofriam com a falta de terrenos adequados para a plantação em larga escala e com a não desapropriação dos terrenos prometidos pertencentes ao Jardim Botânico, segundo Luís Pedreira do Couto Ferraz desde 1861.

O Asilo Agrícola, que Couto Ferraz esperava um dia ver como curso superior de agronomia, nos moldes europeus, acabou por se desviar do projeto original pela impossibilidade de se obter alunos no meio rural, como era a proposta original.

Após 1886, parece ter havido uma descontinuidade na trajetória do museu. Os sucessores de Luís Pedreira do Couto Ferraz à frente do projeto repetiam as já batidas “péssimas condições do edifício” e “falta de verbas destinadas ao museu”. E o que ninguém tinha coragem de dizer com veemência, até porque Luís Pedreira do Couto Ferraz não lhes dava oportunidade, começou a ser colocado nos relatórios ministeriais já em 1887, sobretudo por Pedro Dias Gordilho Paes Leme, de que o projeto por ser grandioso e dispendioso demais estava condenado ao insucesso.

Mais tarde, durante a gestão de João Barbosa Rodrigues, já nos primeiros anos da República, os relatórios apresentados não mencionam a existência sequer de um projeto de museu anterior a 1889. Da mesma forma que determinava o ano de 1890 como o de retorno do Jardim Botânico às suas “reais” atividades científicas.

Além do abandono físico do prédio, sujeito às intempéries e às constantes enchentes que acometiam o Jardim Botânico, sua coleção, por ter ficado muito tempo sem o acondicionamento apropriado, acabou por se deteriorar e desaparecer.

O século XIX europeu conheceu a emergência de uma vida urbana, um novo conceito de tempo e uma cultura burguesa. Surgem novos ideais relacionados ao progresso e à ideia de civilização. O aperfeiçoamento moral e intelectual da população, através da ilustração e da educação, seria o caminho a ser seguido para alcançá-los. Tais ideais acabaram por se espalhar também por países não europeus, como o Brasil, por exemplo, que buscavam se inspirar nas instituições europeias (Loureiro, 2005, p. 187). Naquele momento, aparecem novos instrumentos de divulgação e desenvolvimento industrial, cultural e agrícola, como as universidades, as bibliotecas e os museus.

Eileen Hooper-Greenhill (1989) argumenta que a Revolução Francesa criou as condições para o surgimento de novas verdades e racionalidades que, por sua vez, fez surgir uma nova função para o museu: ser, ao mesmo tempo, instrumento de divulgação da educação e local para as elites apreciarem as obras de arte. Os museus modernos surgem, também, como divulgadores de uma nova maneira de enxergar e ordenar o mundo, assumindo uma personificação material e simbólica de um determinado discurso, seja político, econômico ou ideológico (Bennett, 1995, p. 89).

Nesse sentido, os museus industriais e agrícolas que surgiram na segunda metade do século XIX tiveram um papel importante tanto na divulgação dos produtos agrícolas e industriais, quanto na instrução da população e na elaboração de um determinado discurso de convencimento.

No caso do Museu Agrícola e Industrial de Luís Pedreira do Couto Ferraz, acredito ser possível enxergar essa dupla dimensão: a educativa e a econômica. Um museu comprometido com a profissionalização do agricultor brasileiro, com a busca por novas tecnologias e com o convencimento junto às elites fundiárias brasileiras da importância disto não apenas para o progresso, mas para a sobrevivência da principal indústria brasileira: a agrícola.

Referências bibliográficas

ATAS das sessões da Diretoria do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1ª a 64ª sessão (1860-1876). *Revista Agrícola*, Rio de Janeiro.

BARBUY, Heloisa. *A Exposição Universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Loyola, Série Teses, 1999.

BEDIAGA, Begonha Eliza H. *Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891*. 2011. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas.

BENNETT, Tony. *The birth of the museum: history, theory*. London: Routledge, 1995.

BRASIL. *Coleção das leis do império, 1808-1889*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

_____. *Relatório do Ministério do Império, 1850-1858*. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 9 set. 2009.

_____. *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1860-1904*. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

- CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. *Relatório acerca dos jardins botânicos*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DOMINGUES, Heloísa M. Bertol. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. In: DANTES, Maria Amélia (org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean. The Museum in the disciplinary society. In: PEARCE, J. (ed.) *The Museum Studies in Material Culture*. Leicester: Leicester University Press, 1989.
- LE PLAY, Frederick. Replacement des Expositions Temporaires par des Expositions Permanentes, dite Musée généraux aux commerciaux; Avenir des Exposition: Organizations des Musée Commerciaux. In: *Rapport sur L'Exposition Universelle de 1867, a Paris*. Paris: Imprimerie Imperiale, 1867.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História político-administrativa da agricultura brasileira: 1808-1889*. Brasília: s.e., 1980.
- LOUREIRO, Carlos. O Museu Industrial e Comercial do Porto (1883-1899). In: SILVA, Armando C. F. da; SEMEDO, Alice (orgs.). *Coleções de física e tecnológicas dos museus universitários*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.
- MACHADO, Humberto F. *Escravos, senhores e café: a crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba fluminense, 1860-1888*. Niterói: Clube de Literatura; Cromos, 1993.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, política e reforma agrícola no segundo reinado (1860-1897)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História Social das Ideias), Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MELO LEITÃO, Cândido de. *A biologia no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1937. (Coleção Brasileira).
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.
- NEPOMUCENO, Rosa. *O jardim de dom João: a aventura da aclimação das plantas asiáticas à beira da lagoa e o desenvolvimento do Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas, que vence dois séculos de umidade, enchentes, transformações da cidade, novos padrões científicos e mantém-se exuberante, com seus cientistas e suas árvores*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso: o Brasil nas exposições internacionais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; CNPq; Finep, 1986.
- PONTES, Vinicius Liorde. *A Reforma Couto Ferraz e o estabelecimento de uma direção para a instrução primária e secundária no Império do Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em História), PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- POULOT, Dominique. Nação, museu, acervo. In: BITTENCOURT, José Neves et al. (org.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.
- WERNECK DA SILVA, José Luiz. *Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira – a conjuntura de 1871 até 1877*. 1979. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói.
- WILEY, David (ed.). *The agricultural museum*. Georgetown: W. A. Rend Edit., 1811.